

Carlos Alberto vê boas chances

O Brasil, efetivamente, ainda não vive uma democracia. Esta é a opinião do candidato do PCB ao Senado pelo Distrito Federal, Carlos Alberto Torres, sobre o atual momento político. Para ele, o "estado de direito democrático" só será conquistado com a promulgação da nova Constituição. "Até lá, viveremos um período de transição, iniciado com a eleição de Tancredo Neves". Segundo o candidato, a situação ainda não é clara, pois vivemos com toda a "parafernália de leis autoritárias".

Nesta entrevista ao **CORREIO BRAZILIENSE**, Carlos Alberto faz uma projeção otimista das chances de seu partido nas próximas eleições. Ele acredita que o PCB terá uma boa votação em todo o País, maior até que a do PT em 82, quando esse partido conseguiu eleger oito deputados em seu batismo nas urnas. Carlos Alberto prevê a eleição de mais de 10 deputados federais em todo o País, pois considerada que a sociedade brasileira está bastante madura para eleger candidatos comunistas.

CORREIO — Quais as chances de candidatos comunistas numa sociedade tão afetada pela campanha anticomunista desencadeada ao longo de décadas?

CARLOS ALBERTO — A sociedade brasileira está bastante madura para eleger candidatos comunistas. Essa é a primeira eleição a nível federal que o partido participa após sua legalização. O partido deverá eleger mais de 10 deputados federais em todo o País, garantindo uma bancada superior, por exemplo, à que o PT elegeu em 82, quando disputou sua primeira eleição (8 deputados). A nossa candidatura ao Senado tem a importância particular de ser a de um comunista na Capital da República e reflete a inserção dos comunistas na vida política do Distrito Federal. Fomos uma das principais forças na construção do PMDB.

Em todas as atividades da luta democrática, a presença dos comunistas tem sido significativa no DF. Com a legalização do partido, essa presença deixa de ser só de militantes e passa a ser visível para toda a sociedade.

CORREIO — Qual a relação do Partidão com o Governo da Nova República?

CARLOS ALBERTO — O PCB não se identifica com o Governo Sarney. A relação que mantêm com a Nova República é a de um partido que luta consequentemente pela democracia. Há um objetivo fundamental colocado para todos os democratas: o de instaurar o estado de direito democrático, que será conquistado com a promulgação da nova Constituição brasileira. Até lá, viveremos um período de transição para a democracia, iniciado com a eleição de Tancredo Neves. Mas, efetivamente, não temos democracia no Brasil. Ainda vivemos com toda parafernália de leis autoritárias, elaboradas no regime militar, como a Lei de Segurança Nacional fascista e antinacional e todo um conjunto de práticas do período ditatorial. Essa transição se dá num quadro em que o conjunto das forças que sempre lutaram para estabelecer o regime de liberdades efetivas, ainda não conseguiu estabelecer, em definitivo, as regras da convivência democrática. É um período instável e nós, comunistas, lutaremos para que o processo de democratização não seja interrompido. Lutar pela estabilidade da transição não se dá, para nós, como coisa abstrata. O processo passa pela estabilidade do Governo Sarney. Assim, repudiamos qualquer proposta golpista supostamente visando o avanço democrático.

CORREIO — Não lhe parece uma contradição apoiar a estabilidade de um Governo que não é democrático?

CARLOS ALBERTO — Ao apoiar a estabilidade do Governo Sarney, reconhe-

cemos que a Aliança Democrática é um governo de compromissos entre os democratas e forças que se deslocaram da ditadura militar. O principal exemplo é o próprio presidente Sarney, que antes era presidente do PDS. Mas foi esse compromisso que permitiu a vitória de Tancredo. Se esse compromisso permitiu as liberdades com as quais nós vivemos, o regime no qual trabalhadores fazem greves, muitas vitórias, sem intervenções nos sindicatos nem prisão ou enquadramento de sindicalistas, por outro lado, a realização de mudanças profundas para extirpar a fome, a miséria, o desemprego, a pobreza absoluta, exige a pressão das massas, a atuação organizada de todos os trabalhadores. Caso contrário, será uma transição de elites conservadoras e a futura Constituição será também de elites conservadoras.

CORREIO — Por que via o Partidão pretende consolidar o socialismo no Brasil?

CARLOS ALBERTO — Um ponto é inquestionável: o Partidão coloca como seu objetivo o socialismo. Acredito que há uma oportunidade histórica para o povo brasileiro chegar ao socialismo pela via institucional e democrática, pelo voto, pelas eleições livres, mantendo-se a pluralidade partidária. O pluralismo que defendemos, por outro lado, não é uma mudança tática em função do novo quadro político brasileiro. Na verdade, é um princípio que os comunistas estabeleceram desde 1958. A via democrática institucional para o socialismo chegar ao poder no Brasil está colocada claramente. Essa é a via mais coerente com o contexto político e com as tradições brasileiras. Acreditamos que a construção do socialismo se dará não através do monopólio do partido único, mas pelo compromisso que partidos progressistas como PCB, PC do B, PT e PDT tiveram com a causa socialista.